
O MERCADO DA ARBITRAGEM DE FUTEBOL: APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS EM UMA COMPETIÇÃO DE VÁRZEA

THE FOOTBALL ARBITRATION MARKET: ETHNOGRAPHIC NOTES IN A
LOWLAND COMPETITION

EL MERCADO DEL ARBITRAJE DE FÚTBOL: NOTAS ETNOGRÁFICAS EN UNA
COMPETENCIA DE PISO

João Cauê Benedeti Morales¹

Resumo

A presente comunicação se embasa em relatos preliminares da experiência de campo, que compõe o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado. O objeto da pesquisa versa a respeito das rotinas laborais de árbitros de futebol negros. O objetivo deste texto, então, é esboçar um panorama do mercado da arbitragem de futebol em competições de várzea na cidade de Porto Alegre. Para tanto, o trabalho de campo de cunho qualitativo envolveu minha atuação enquanto mesário da liga municipal de futebol nas categorias *master* (idade mínima 48 anos) e veterano (idade mínima 40 anos), ambas realizada pela prefeitura de Porto Alegre (RS). A reflexão empreendida está ancorada nos estudos sociais da economia, para estudar a noção de mercados. Considerações preliminares permitem apontar que processos recentes, como contratação de ligas e abertura de editais, contribuem para uma reconfiguração da arbitragem de várzea.

Palavras-chave: Mercado; Arbitragem de Futebol; Futebol de Várzea; Esporte.

Abstract

This communication is based on preliminary reports of the field experience, which make up the development of my master's dissertation. The object of the research concerns the work routines of black soccer referees. The purpose of this text, then, is to sketch an overview of the soccer refereeing market in lowland competitions in the city of Porto Alegre. To this end, the qualitative fieldwork involved my work as a secretary of the

¹ Mestrando do PPG em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: joaomorales_27@hotmail.com. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-9269-4801>

municipal football league in the categories master (minimum age 48 years) and veteran (minimum age 40 years), both carried out by the city of Porto Alegre (RS). The reflection undertaken is anchored in social studies of economics, to study the notion of markets. Preliminary considerations allow us to point out that recent processes, such as contracting leagues and opening public notices, contribute to a reconfiguration of floodplain arbitration.

Keywords: Market; Football Arbitration; Lowland Football; Sport.

Resumen

Esta comunicación se basa en informes preliminares de la experiencia de campo, que conforman el desarrollo de mi tesis de maestría. El objeto de la investigación se refiere a las rutinas de trabajo de los árbitros de fútbol negros. El propósito de este texto, entonces, es esbozar un panorama del mercado arbitral del fútbol en las competiciones de la llanura en la ciudad de Porto Alegre. Para ello, el trabajo de campo cualitativo involucró mi labor como secretaria de la liga municipal de fútbol en las categorías maestro (edad mínima 48 años) y veterano (edad mínima 40 años), ambas realizadas por la ciudad de Porto Alegre (RS). La reflexión realizada se ancla en los estudios sociales de la economía, para estudiar la noción de mercado. Consideraciones preliminares permiten señalar que procesos recientes, como la contratación de ligas y la apertura de avisos públicos, contribuyen a una reconfiguración del arbitraje de llanura aluvial.

Palabras clave: Mercado; Arbitraje de fútbol; Fútbol de las tierras bajas; Deporte.

INTRODUÇÃO

Compreender o tamanho e a operação de mercados relacionados às práticas esportivas é uma tarefa que se apresenta para pesquisadores(as) com interesse no cruzamento entre as temáticas da economia e dos esportes. Não é incomum, se tomarmos como exemplo o noticiário esportivo sobre o futebol, que espectadores sejam informados a respeito dos valores da transferência de um jogador, ou sobre o impacto, em termos econômicos, que algum evento esportivo gera para determinada região (pode-se lembrar aqui da Copa do Mundo disputada no Brasil). Até mesmo o interesse de marcas em se associar com determinadas agremiações ou franquias faz parte da pauta.

De um modo geral, essas informações são mais comumente levantadas por se tratar de grandes quantias estimadas, ou então, de efetivos logísticos de grande abrangência. Menos comum em termos de divulgação jornalística, é pensar nesse

registro ao se considerar aquela competição realizada a nível mais circunscrito, onde as equipes não visam apenas o alto desempenho em competição e não contam (sempre) com atletas profissionais. O evento nesse caso não é televisionado – raramente recebe alguma cobertura desse tipo, na comparação com o âmbito profissional. O patrocínio que estampa os uniformes (quando existe) é o de um(a) comerciante que atua na região do time que apoia (pequeno negócio) e não de uma marca global. Estou me referindo às competições amadoras de futebol, que coloquialmente são denominadas como *futebol de várzea*.

A elaboração de campeonatos amadores também tem engendrado, em escala diminuta, um modelo de organização econômica que pode ser descrito e cujo panorama pode contribuir para a compreensão das práticas econômicas em nosso dia a dia. Acerca do futebol de várzea, tratam-se de eventos organizados por entidades cuja abrangência geralmente é local. Neles, as partidas são disputadas na maioria das vezes nos finais de semana e fazem parte da rotina de muitas pessoas (em especial de homens).

Os jogadores, representam os clubes de suas comunidades, ocupam os campos localizados em praças públicas ou então privadas para competir uns com os outros em distintas categorias de idade. Ao final de uma temporada, um clube consagra-se campeão de uma localidade específica (sendo a mais abrangente, a municipal). O principal nesses casos não é especificamente o título, mas a congregação entre as pessoas que aproveitam daquele momento para se divertirem e desfrutarem de uma atividade de lazer em meio às exigências do cotidiano.

Entretanto, dentre estes atores, existe um grupo que participa dessas competições com o foco prioritário na prestação de um serviço e sua consequente remuneração. Refiro-me aos árbitros de futebol e a especialidade que deles se espera: apitar uma partida. O costume atual nos campeonatos de várzea é que eles sejam contratados para a arbitragem dos jogos, não cabendo a sua atuação se dar por uma escolha fortuita, seja de algum organizador, seja de alguém dos times envolvidos na disputa – ou então por algum voluntarismo de alguém que esteja acompanhando o jogo naquele momento (cito esses exemplos, pois já foram padrões comuns de escolha de árbitros neste contexto). Este fato abre possibilidades para uma reflexão que vá ao encontro dos interesses acima descritos, quais sejam, o entrelaçamento entre esporte e economia.

Assim, o objetivo deste trabalho é esboçar um panorama do mercado da arbitragem de futebol em competições de várzea na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Para isso me valho da experiência de pesquisa, na qual trabalhei como mesário do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea, realizado ao longo do segundo semestre de 2019. Esta atuação fez parte do meu trabalho de campo com vistas à redação de dissertação de mestrado² que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para dar conta do objetivo proposto, pretendo em um primeiro segmento contextualizar os motivos que me fizeram chegar a esse objeto de pesquisa. Em segundo lugar procurarei trazer a noção de mercado na qual me baseio, bem como reflexões acerca da capciosidade do interesse econômico entre e sobre árbitros. Por fim, apresentarei excertos de um depoimento de um dono de liga de árbitros, como se diz no jargão da várzea, ou seja, dono de uma empresa que presta serviço de arbitragem; portanto, interlocutor-chave neste mercado. Acredito que seu relato possa dar conta de um processo de mercadorização (ÇALISKAN;CALLON, 2010), tal qual aconteceu na capital gaúcha nos últimos anos.

CONTEXTO

Ainda que os estudos sobre as possibilidades de apreensão dos mercados estejam mais ancorados em uma dimensão, por assim dizer, positiva – o tamanho de determinada atividade, como ela opera, quem a produz, como é fornecida, quem a consome, entre outros – a minha inquietação com relação a esta ideia sempre esteve mais relacionada com aquilo que eu entendo ser o reconhecimento dos vieses que determinada noção pode circunscrever. Ou seja, quem são as pessoas que estão incluídas nesses processos e quem fica fora deles (e o porquê). Creio que, a partir desta inquietação, a trajetória de pesquisa que sustenta as presentes reflexões se torne mais inteligível. Em termos de interesse de pesquisa, ela se iniciou como sendo um questionamento acerca das relações raciais presentes no futebol nacional. A esse respeito, Delaney (2015) assevera que pesquisas em sociologia têm feito importantes contribuições para o entendimento das formas pelas quais mercados não têm sido livres e abertos para todas as pessoas:

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Barreiras raciais e de gênero mantiveram atletas alijados de participar de forma justa e equânime nos mercados de trabalho atléticos. O esporte profissional passou por longas batalhas para integrar jogadores de raças minoritárias. A persistência do racismo ainda pode ser encontrada nas pesquisas de sociólogos sobre aquilo que eles chamam de empilhamento racial. Uma série de pesquisas mostrou que em muitos contextos esportivos, membros de certos grupos raciais dominam uma posição específica no campo, enquanto estão sub-representadas em outras posições. Existem acalorados debates sobre se isso é resultado de discriminação deliberada, ou inconsciente dos treinadores, ou resultado de modelagens de papéis [role modeling] e outros fatores de socialização, ou talvez de diferenças de acesso a treinamento especializado. (DELANEY, 2015, p. 136 [tradução minha]).

A partir da proposição desse debate que o interesse se voltou para a questão da arbitragem de futebol. Em especial, o trabalho de árbitros negros. Tal iniciativa se justifica pela pouca quantidade de trabalhos que estudam o trabalho de árbitros e também por se identificar uma crescente repercussão de casos de racismo no âmbito do futebol. Particularmente o que envolveu o ex-árbitro Márcio Chagas. Na ocasião, ele ainda atuava na liga profissional e apitava um jogo válido pelo campeonato estadual da primeira divisão (Gauchão), quando foi hostilizado pela torcida durante a partida, com termos eminentemente racistas. Após o jogo, Chagas teve seu carro vandalizado com cascas de banana. O episódio marcou o fim de sua carreira.

Se o futebol no Brasil é historicamente notabilizado pela participação de pessoas negras enquanto jogadoras, aquela situação chamava a atenção para as dificuldades de inclusão deste mesmo grupo em outras funções da organização do jogo, sobretudo da sua coordenação. É importante explorar este fato do ponto de vista da investigação acadêmica. Procurei, ao longo do período em que cursei as disciplinas oferecidas no curso do mestrado, delinear um objeto de pesquisa que pudesse contemplar essas problematizações e questionamentos. A partir daí, passei a estabelecer interlocuções que pudessem ir ao encontro desta proposta de trabalho. Nesse contexto que conheci e passei a frequentar as reuniões do Observatório da Discriminação Racial no Futebol. Desde sua criação, esta organização procurou através da elaboração de relatórios sistematizar os casos de discriminação que aconteceram em partidas de futebol. Da primeira edição até o presente momento foram redigidos cinco documentos (referente aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018). Ainda de acordo com o que consta nas publicações, a metodologia adotada para o levantamento destes dados consiste no

monitoramento dos supostos casos de discriminação racial³ (2016) que foram veiculados através da imprensa:

Infelizmente a discriminação racial é vista como infração relativamente menor no mundo desportivo e, muitas vezes, é tratada sem a devida atenção ou completamente ignorada. Sendo assim, o nível de compreensão do problema é baixo, o que resulta na repetição de incidentes, na não punição dos envolvidos, afinal, acredita-se que são casos isolados e não um problema sistêmico. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 4).

Foi neste grupo que pude conhecer de forma mais sistematizada a respeito dos casos de racismo no futebol. Desde então tenho sido um colaborador do Observatório e pretendo seguir nesta condição. A soma desses esforços convergiu para que eu pudesse experimentar as possibilidades de melhor compreender os casos de hostilidades que envolvem diretamente a arbitragem. Neste sentido, a partir da leitura dos relatórios divulgados, pude aferir sete episódios com estas características, acontecidos entre os anos de 2014 e 2018. São os seguintes:

05/03/2014 Na partida válida pela primeira divisão do campeonato gaúcho, entre Esportivo de Bento Gonçalves e Veranópolis, o então árbitro Márcio Chagas da Silva foi hostilizado com o xingamento “macaco” pela torcida do Esportivo. Após o término da partida, ao se dirigir para estacionamento, encontrou seu carro vandalizado e com bananas dispostas ao redor dele. O caso foi encaminhado para justiça desportiva e o clube de Bento Gonçalves foi punido com perda de pontos naquela competição. (CARVALHO; SILVEIRA, 2015, p. 7).

17/02/2016 Na partida válida pela terceira divisão do campeonato paulista (A3) entre São Carlos e Itapiruense, o quarto árbitro da partida, Rafael de Araújo Pereira foi xingado de “macaco de merda” por integrantes de uma torcida organizado do São Carlos, ao se dirigir para o vestiário da arbitragem, quando do intervalo. Rafael relatou o episódio em súmula e solicitou que policiais que estavam no estádio identificassem os agressores. Apenas um torcedor foi identificado, detido e enviado para a delegacia para prestar depoimento. Após o depoimento este torcedor pagou fiança de 880 reais e foi liberado. (CARVALHO; SILVEIRA, 2017, p. 13).

³ Cabe ressaltar que nos relatórios anuais é lançada mão da categoria “suposto caso de racismo”, pois as repercussões que mais interessam a equipe do Observatório dizem respeito aos julgamentos nas esferas esportivas (Tribunal de Justiça Desportiva no âmbito estadual e Superior Tribunal de Justiça Desportiva, no âmbito federal) e nelas não há a distinção entre racismo e injúria, como na esfera penal. No meu caso, eu não vou observar estes rigores, pois o que mais me interessa são as experiências tais quais elas foram reportadas, seja pelos jornalistas, pelo que consta nas súmulas ou depoimentos das vítimas. Portanto, quando for lido a partir daqui caso de racismo ou episódio de racismo, se está apenas usando uma forma abrangente de relatar a experiência, sem relação com ordenamentos jurídicos.

23/07/2016 Na partida válida pelo campeonato cearense sub-15 entre Ceará e Juazeiro, uma torcedora chamou o árbitro da partida Jonilson Scarella de macaco inúmeras vezes durante o primeiro tempo do jogo e chegou a gritar que ele deveria “comer banana para aprender a apitar”. O árbitro determinou que a torcedora fosse retirada do estádio para reiniciar o segundo tempo. Como a torcedora se negou, o caso foi encaminhado para a delegacia, onde Jonilson registrou um boletim de ocorrência (B.O). (CARVALHO; SILVEIRA, 2017, p. 17).

11/12/2016 Na partida válida pela Copa Amizade Regional de Futsal1 [competição amadora] entre Acari Vidros e Arranca Toco, o árbitro da partida, José Luiz Vicente foi agredido fisicamente pela torcida. Alegou que as motivações da agressão eram de cunho racial. Fora chamado de “negro sujo/negro ladrão/ negro prepotente” antes das agressões começarem. José Vicente registrou Boletim de Ocorrência em duas delegacias diferentes. Conseguiu identificar 7 dos seus agressores. Dentre eles, dois que o haviam xingado. (CARVALHO; SILVEIRA, 2017, p. 23).

27/01/2018 Jogo válido pelo campeonato Amazonense entre Nacional Fast Clube e Penarol Atlético Clube, o assistente Uesclei Regison Pereira dos Santos afirmou que foi chamado de “macaco”, entre outras ofensas racistas por torcedores do Fast. O caso foi relatado na súmula da partida acusando parte da torcida do Fast de proferir uma série de insultos após marcação de um impedimento no final da partida. Entre as injúrias, palavras como ‘macaco’ e ‘senzala’ foram ouvidas pela vítima, Uesclei Regison Pereira dos Santos, e, em seguida, pelo árbitro, Weden Cardoso Gomes. O presidente da Asaf (Arbitros Profissionais do Estado do Amazonas) articulou um ato de apoio ao bandeira em jogo futuro. Um diretor do Fast lamentou o fato ocorrido com o bandeirinha, mas questionou a afirmação do assistente de que o autor da ofensa tenha sido realmente um torcedor do Fast, baseado-se no próprio relato da súmula, alegando que ninguém identificou realmente quem proferiu os insultos já que todos estavam virados para o campo. Inicialmente, por dois votos a um, o TJD-AM condenou o Fast à perda de três pontos, pagamento de multa de mil reais e perda de dois mandos de campo. O clube recorreu da decisão e em novo julgamento o Pleno alterou a decisão inicial. O clube foi declarado culpado, por cinco votos a quatro, mas acabou isento da perda de pontos e mando de campo. Por outro lado, a multa foi acrescida de R\$ 1 mil para R\$ 3 mil. Seis julgadores votaram na sessão. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 26).

24/03/2018 Na partida válida pelo Campeonato Rural de Canaã dos Carajás, entre VS-47 e VP-20, o árbitro da partida Eduardo Viana da Silva, sofreu injúria racial, além de ameaça de morte, durante partida do Campeonato Rural (Amador), sendo chamado de ‘macaco’, ‘nego-urubu’ e ‘nego safado’ por torcedor da VS. Eduardo Viana da Silva, suspendeu a partida temporariamente e só voltou a apitar quando a situação foi resolvida. A Liga Esportiva de Canaã dos Carajás se manifestou através de nota de repúdio e também pediu para as autoridades exigirem do agressor uma retratação pública e a punição prevista na lei. Eduardo informou após a partida que faria um Boletim de Ocorrência (B.O.). Não foram encontrados registros de que o caso foi levado adiante tanto na justiça desportiva, tão pouco na justiça comum. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 26).

14/10/2018 Na partida válida pelo campeonato municipal de futebol amador do Mato Grosso, entre MEC e União, da partida, Everaldo, disse que o atleta Elaerte do União lhe chamou de “Preto Safado” e “Vagabundo”. O atleta envolvido na suposta injúria racial foi expulso da partida. Não foram encontrados registros de manifestações pós partida, do envolvidos no caso (atleta, juiz ou clubes), tão pouco alguma manifestação da organização do campeonato. Não há informação se ocorreu registro de B.O. por parte do juiz agredido. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 28).

Pode-se averiguar, a partir do resumo dos casos catalogados, que existe um panorama que envolve agressões de cunho racial a árbitros espalhados em diversas searas do futebol (do amador às primeiras divisões do profissional). Foi a partir desse aprendizado e convívio com assunto que procurei ancorar minhas intervenções. A respeito da minha inserção em campo, considerei em princípio acompanhar a arbitragem de jogos profissionais aqui na capital gaúcha. Tais tentativas se deram de forma mais substancial entre o final do ano de 2018 e o primeiro semestre de 2019. Entretanto, não obtive um trânsito aprofundado naquela oportunidade.

Durante aquele período, tive também a chance de conversar com o ex-árbitro Márcio Chagas, após uma palestra proferida por ele. Na ocasião, pude compartilhar as minhas pretensões de pesquisa. Ao longo da conversa, cujo tópico principal era sobre a existência da percepção de uma pouca quantidade de árbitros negros atuando em jogos profissionais, ele mencionou que tal fato era mais impressionante dada a quantidade de árbitros negros que atuam em competições amadoras. Esse comentário, aliado com as dificuldades de me inserir na arbitragem dos jogos profissionais, fez com que a minha atenção se voltasse para a arbitragem de jogos amadores. Em vez de especular sobre uma ausência em uma determinada área de atuação, passei a me debruçar a tentar compreender sobre os motivos de uma (possível) presença evidenciada em outro espaço dessa mesma atividade. O que ia ao encontro das reflexões acerca dessa ideia de demarcação de espaços baseada em raça em mercados esportivos – que Delaney (2015) denomina “empilhamento racial”. Nesta tentativa de inserção fui mais feliz. Obtive a oportunidade de trabalhar como mesário de uma liga promovida pela prefeitura de Porto Alegre.

ACESSO À LIGA E SUA OPERAÇÃO

No contexto do futebol, o modelo de organização que costuma vigorar para a implementação de torneios é o das chamadas ligas. Trata-se de conjunto de clubes que

se associam com vistas a disputarem uma competição. De acordo com Delaney (2015), as ligas podem ser compreendidas do ponto de vista de sua sustentabilidade, o que apresenta diferentes conjuntos de desafios. Um dos mais proeminentes é assegurar a equidade entre seus membros, tanto em termos de balanço competitivo, quanto em termos de transparência dos seus procedimentos enquanto entidade organizadora da competição.

Como havia mencionado anteriormente, no meu trabalho de campo tive a oportunidade de conhecer e trabalhar junto à Liga Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre. A ocasião favorável de acesso nessa circunstância deu-se a partir da descoberta de um elo familiar distante. Em uma reunião familiar, fui informado que o primo da minha mãe trabalhava com arbitragem. Instigado, tanto pela possibilidade de interlocução, quanto pela falta de um maior detalhamento por parte de quem me mencionou a respeito desse “trabalho com arbitragem”, decidi contactá-lo. E foi assim que conheci Primo⁴.

No nosso primeiro encontro, ele me explicou que tinha uma empresa que fornecia a prestação de serviços de arbitragem. Ainda sem compreender direito, fui fazendo perguntas para me situar. Trata-se de uma pequena empresa que concorre em chamadas públicas e editais de licitação (leilão) para o fornecimento deste serviço. Tais editais se dão sob a forma de um leilão. Quem puder oferecer o menor preço para fazer o serviço ganha o contrato, que costumeiramente possui um projeto básico, estipulando qual competição se trata, quais categorias, o número de jogos, os locais em que se darão os jogos, entre outras informações. A partir do momento em que o contrato é assinado, Primo atua como um mediador, selecionando árbitros conhecidos por ele para atuarem em determinados jogos por um preço previamente estipulado por ele. Não existem vinculações trabalhistas entre Primo e os árbitros. Essa designação se dá, de acordo com ele, por acertos informais (uma ligação geralmente). Foi neste primeiro encontro que expliquei para ele sobre a pesquisa que pretendia desenvolver e como resposta ele me convidou para trabalhar de mesário em uma liga de futebol que recém tinha obtido o direito de prestar serviços.

Com relação à operação da última edição da Liga Municipal, é possível dizer que ela foi jogada todos os fins de semana, entre os meses de agosto e de dezembro do ano de 2019. As disputas neste âmbito se deram em duas categorias distintas (ambas

⁴ Todos os nomes aqui citados são fictícios.

no futebol masculino): veterano, para jogadores com idade mínima de 40 anos e *master* para jogadores com idade mínima 48 anos. A fórmula de disputa do campeonato foi pensada de forma a indicar a desclassificação dos piores colocados em duas fases jogadas a partir da formação de grupos; na sequência foram realizadas disputas em chaves eliminatórias. Por exemplo, na categoria *master*, os jogos foram disputados por 16 equipes que foram dispostas em quatro grupos com quatro equipes cada. Posteriormente as três equipes melhores classificadas jogaram uma segunda fase com três equipes em cada novo grupo. Nesta etapa duas equipes de cada chave avançaram para as fases eliminatórias, jogando quartas de final, semifinais e final. A competição na categoria veterano respeitou esta mesma lógica de competição.

No que diz respeito à atividade que exerci (mesário), é possível dizer que ela faz parte da equipe de arbitragem em torneios de várzea. Trata-se da função que é empreendida por aquelas pessoas que têm a responsabilidade de registrar as ocorrências de uma determinada partida em súmula (que é o nome dado no meio para a ata do jogo). Tudo que era registrado – como por exemplo, o número dos jogadores que recebiam cartões – era enviado para comissão disciplinar do torneio. Esta era composta por servidores da prefeitura. Cabia a eles apreciar o que havia sido registrado de incidentes na súmula para, posteriormente, designar uma punição, se assim fosse o caso.

A descrição de eventos em um jogo de futebol tem regras que vigoram antes mesmo de a partida começar. Enquanto trabalhei, os servidores da prefeitura que atuaram mais diretamente na organização do campeonato sempre ressaltaram que eu deveria prestar atenção na validade dos documentos que me eram apresentados pelos jogadores; se a foto neles condizia com o rosto das pessoas (o famoso "cara-crachá"), se a idade conferia com a categoria de disputa e assim por diante. Deste modo, antes do início dos jogos eu precisava me certificar de que quem se apresentasse para jogar estivesse efetivamente inscrito em um clube, bem como estivesse na idade correta para a categoria do torneio. Tudo isso para fazer observar os ditames do regulamento geral da competição, que era acordada entre os clubes e a organização do torneio.

Assim, apesar de não entrar em campo, a atuação do mesário opera como uma espécie de sustentação infraestrutural, tanto pelo seu registro de ocorrências, quanto pela sua posterior apreciação pelas comissões do torneio (seja no aspecto disciplinar ou no de montagem de tabelas). Essa proximidade de trabalho com árbitros (nos considerávamos colegas e assim nos tratávamos) e compartilhamento do seu cotidiano

me garantiu poder experimentar a forma como conduzem as suas atividades e também como são tratados.

A ARBITRAGEM NO FUTEBOL: DESCONFIANÇA DE QUEM AMA

Seja em uma partida, seja em um torneio de futebol, a presunção de impessoalidade das relações interpessoais busca operar de forma a coincidir com a lisura de um evento esportivo. Dentro deste contexto, a noção de pertencimento clubístico (DAMO, 1998) atua de maneira muito evidenciada, mesmo em competições amadoras (com os clubes representando as regiões nas quais os jogadores moram). Para a arbitragem esse registro acaba se tornando capcioso, já que cabe a um árbitro de futebol atuar sem expressar favorecimentos para além do que a regra do jogo apregoa. Entretanto, essa é uma figura isolada em meio a tantas pessoas que vivem o próprio pertencimento de forma passional. Assim, não é incomum que se procure desvelar algum viés da arbitragem no futebol. As cores clubísticas de um árbitro podem ser motivo de questionamentos, jocosidade ou indignação (principalmente quando os clubes especulados estão em ação). O tensionamento maior, no entanto, parece recair sobre o interesse financeiro dos árbitros: é a máxima do “juiz ladrão”, aquele que pode ser comprado e levado a auxiliar apenas um lado da disputa.

Ao longo da minha convivência com árbitros não ouvi por parte deles nenhum relato de envolvimento deles com suborno. Pelo contrário: para aqueles que perguntei, me responderam que consideravam isso um folclore, algo do passado. No máximo, uma “gracinha” que algum jogador fala para tentar desestabilizar. Algo que nunca haviam visto ou “só na várzea da várzea”, como me disse certa vez um colega. A impressão que tive é que à medida que uma conversa sobre suborno se estendia ia ao encontro daquele ditado sobre a existência de bruxas: não acredito, porém, existem...

De todo o modo os interlocutores parecem entender que corrobora com esse pensamento o fato de, na várzea ao menos, ainda que existam atletas que atuem por dinheiro, são os árbitros os únicos que recebem para estar em campo sem defender ninguém. E apenas para isso. Tal fato, insisto, suscita uma sensação de estranhamento para quem participa das competições “no amor”. A ponto de, nas vezes em que algum jogador ou torcedor me viu com o pagamento dos árbitros⁵, nos momentos em que fui efetuá-lo, foram feitos menções e apelos, sempre nos colocando sobre suspeição.

⁵ Realizar o pagamento dos árbitros era uma de minhas tarefas enquanto mesário.

Arrisco argumentar que a figura da arbitragem pode ser circunscrita naquilo que a socióloga Viviana Zelizer (2005) denotou como (e criticou) a incompatibilidade entre as relações de solidariedade e de interesse:

Preocupações com a incompatibilidade, incomensurabilidade ou contradição entre relações íntimas e impessoais seguem uma tradição de longa data. Desde o século XIX, os analistas sociais assumiram repetidamente que o mundo social se organiza em torno de princípios concorrentes e incompatíveis: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, atribuição e conquista, sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse próprio. A mistura deles, diz a teoria, contamina ambos; invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental desidrata esse mundo, enquanto a introdução de sentimentos em transações racionais produz ineficiência, favoritismo e outras formas de corrupção. (ZELIZER, 2005, p. 311 [tradução minha]).

Ao apresentar esse arrazoado acerca da compreensão das relações de solidariedade e auto interesse dentro do sistema capitalista, a autora chama a atenção para um aspecto deletério dessa compreensão dos dois domínios enquanto esferas separadas: criou-se uma justificativa para que os esforços calcados em bases de solidariedade ou intimidade (ao menos os aqui compreendidos dessa forma) fossem desprestigiados em termos de recompensas econômicas.

Não deixa de ser curioso, no entanto, a forma como essa inter-relação se dá, ao se considerar a atuação de árbitros no cenário do futebol. Como eles supostamente não atuam ancorados em um pertencimento evidente, são quase que automaticamente interpretados no polo oposto (o do interesse), para a partir deste registro poderem ser interpelados pelo seu entorno. Parece muito mais compreensível dentro da inteligibilidade futebolística um árbitro potencialmente corruptível do que um árbitro imparcial. Ao menos na várzea. Mas receio que isso não se restrinja a um gesto de compreensão apenas. Um árbitro que se possa criticar é um árbitro ao alcance de quem disputa. Tentar influenciá-lo é uma forma de tentar fazer com que a partida possa pender em favor de quem reclama. Ser beneficiado não apenas a partir das ações feitas no jogo, mas também feitas *sobre o jogo* é um costume presente em muitos confrontos. Ou seja, se tenta ganhar o jogo não apenas tentando fazer gols, mas condicionando quem cuida do seu andamento. Mas se o lugar do interesse é imposto pela necessidade do confronto, qual lugar se pode postular ao analisar a arbitragem por si só? Ao se negar a premissa das esferas separadas, o que a retirada da arbitragem do ponto de vista do interesse pode acrescentar, tanto a respeito do desenvolvimento da própria

atividade, quanto na relação dela com o jogo de futebol? É o que as reflexões embasadas na noção de mercado podem ajudar a desvelar.

MERCADO

Dentre as diversas contribuições teóricas que se debruçam sobre como os mercados são formados, o que considere melhor auxiliar as minhas pretensões foi o proposto por Çaliskan e Callon (2010) acerca das características que circunscrevem as atividades econômicas:

A literatura acadêmica, assim como as pesquisas sobre o significado popular dos mercados enxergam estas instituições como aquelas que favorecem a criação e a produção de valores pela organização da competição entre agentes autônomos e independentes. Essa coerência conceitual nos leva a definir mercados enquanto arranjos sociotécnicos ou emaranhamentos (*agencements*) os quais possuem três características: 1) Mercados organizam a concepção, produção e circulação de bens, tal qual a transferência voluntária de alguns tipos de direitos de propriedade atrelados a eles. Estas transferências envolvem uma compensação monetária que sela o atrelamento do bem ao seu novo dono. 2) Um mercado é um arranjo de constituintes heterogêneos que implanta o seguinte: regras e convenções; dispositivos técnicos; sistemas metrológicos; infraestruturas logísticas; textos, discursos e narrativas (ex: os prós e contras da competição); conhecimento técnico e científico (incluindo métodos de ciências sociais), bem como as competências e habilidades incorporadas nos seres vivos. 3) Os mercados delimitam e constroem um espaço de confrontação e disputas por poder. Múltiplas definições contraditórias e avaliação de bens, bem como os agentes que se opunham uns aos outros nos mercados até que os termos de transação sejam pacificamente determinados por mecanismos de precificação. Definimos o estudo da mercadorização como o esforço cujo objetivo é descrever, analisar e tornar inteligível a forma, a instituição e a dinâmica de um arranjo sociotécnico de mercado como delineado acima. (ÇALISKAN; CALLON, 2010, p. 2-3, [tradução minha]).

Acredito que a ênfase nas disputas e confrontos tenha sido o aspecto que me chamou a atenção para me coadunar a essa perspectiva. A compreensão que as disputas vão montando e desmontando elementos de um panorama, tal qual um jogo de montagem de peças. Uma concepção bem diferente daquela que apregoa “o mercado” enquanto uma entidade abstrata. Nesse sentido, da montagem a partir dos conflitos cotidianos pode auferir conhecimentos a respeito do desenvolvimento da arbitragem enquanto uma atividade econômica. Para descrever tal dinâmica, discutirei a mercadorização da arbitragem na várzea.

Uma configuração que auxilia nesta percepção, principalmente em se tratando de jogos organizados a partir da prefeitura, é a conformação da arbitragem enquanto um serviço. Sua aplicação negociada entre uma organização de uma competição e uma entidade responsável pelo serviço da arbitragem.

Esses pagamentos podem ter várias formas de celebração: o acerto direto entre um organizador da competição e um árbitro designado para apitar um jogo específico ou um conjunto de jogos; o pagamento por parte dos times diretamente ao árbitro da partida; ou então, a atuação de um mediador junto aos organizadores ou times, cabendo a esta pessoa designar árbitros. Essas formas dão margem, em maior ou menor medida, para tentativas de condicionamento. Da minha parte, atuei e presenciei negócios apenas na última conformação. E me pareceu que por parte dos donos das ligas ela é considerada profícua, pois os desonera de uma suspeita prévia (ainda mais quando eles são presidentes de clubes) de negociar pessoalmente com algum árbitro. Do ponto de vista dos árbitros também é produtora, pois essa relação pacificada por um mediador os previne de, na hora e no calor do jogo, terem a sua credibilidade questionada por estarem recebendo de alguém ligado a alguém que está dentro de campo (seja de um dos times, seja dos dois), por terem sido ativos na negociação.

De acordo com o que me relatou Primo em uma conversa que tivemos, essas mudanças de formas de pagamento não se dão fortuitamente. Contou que no seu caso, ainda enquanto atuava como árbitro, se desentendeu com um dono de liga para quem apitava jogos. O motivo foi ter dado preferência a atuar em determinadas praças que não eram administradas por esse dono. Como consequência, teve a sua ação boicotada nos certames de responsabilidade dessa pessoa. Foi a partir deste episódio que resolveu se engajar na elaboração de uma entidade de árbitros independente e passou assim a atuar como esse mediador:

Tinha no Grêmio um ponta direita, Otávio Augusto*. Uma vez esse cara me disse assim: *Ô, Primo, tu jogava futebol, sabia reclamar*. Por que tu não te apresenta [para apitar] numa liga lá no Centro? Os caras têm um monte de jogo. Eu pensei: "vou me apresentar". Aí fui e me apresentei para o dono da Liga que se chamava Inca*. Inclusive esse jogador do Grêmio trabalhava para ele. Aí expliquei para o senhor Inca* que o Otávio* havia me indicado e ele me aceitou. No início me colocou na bandeira. Nunca esqueço que o primeiro jogo meu foi lá em Cachoeirinha, com um senhor que o nome dele era seu Águia*. Era um cara que devia ter uns 70 anos. Pensei comigo: "vou ter que ir, né. Estou começando...". Aí fui... era um jogo quase lá em Taquara. Voltamos e tinha um outro jogo pela tarde. Tinha um juiz da federação a quem acompanhei para trabalhar nesse jogo. Chegamos lá e faltaram uns árbitros. Aí esse senhor

que acompanhei me perguntou se eu não me animava a apitar o segundo quadro. Eu respondi que me animaria sem problema algum. Aí fui e dei um banho de apito nos caras. Dei tanto um banho de apito que me perguntaram se eu não gostaria de fazer o jogo de fundo. Aí fiz o jogo. Bah! Uma pedreira... mas fiz meu nome, porque apitei bem pra caramba. Aí os caras no outro dia ligaram para o Inca*, perguntando aonde ele havia tirado o árbitro que havia apitado o jogo deles naquele dia. É que eu corria! Novinho ainda, né? Corria em cima do lance e sabia apitar. Imagina, a vida inteira jogando? E reclamando dos árbitros ainda. Aí fui elogiado. Quando me apresentei para a escala da semana seguinte ele me disse que havia recebido boas informações minhas. Nesse momento eu propus para ele que, quando fosse do interesse dele, poderia me colocar sozinho para apitar que eu *assumia a bronca*. Na época era 25 pila o jogo, eu só recebia final do mês, queria mais era apitar. Aí ele me colocou para apitar os jogos da Coopesul em Montenegro. Tinha lá quatro jogos. Também só elogios.

Aí depois de um tempo ele me escalou para apitar no [Parque] Ararigbóia. Fui eu e mais o Moreno* e o Armário*, dois colegas conhecidos dali. Formamos um trio de primeira categoria. Todos sabiam apitar. A gente passava os dias por lá apitando. No sábado e no domingo. Uma oportunidade a gente não foi, pois estávamos escalados para outro jogo e deu muita *chiadeira*. Quem comandava lá era presidente da liga do Ararigbóia. Certo dia, quando terminaram os jogos, ele se virou para mim e disse: "Pô, Primo, por que tu não assume a bronca aqui? Não aguentamos mais. Vieram uns árbitros semana passada que não teve condição. Olha só, se tu aceitar, nós vamos ligar pro Inca* para avisar que não queremos mais arbitragem dele. Tu é conhecido aqui..." e na época eu já tava com um negócio na cabeça para começar uma liga própria. Eu tava fazendo um cursinho de arbitragem em Guaíba para me preparar. Isso em 78. O presidente da Liga de lá contratava um pessoal da Federação para dar curso. Era esse pessoal antigo que dava curso e que eles [as ligas] contratavam. Tudo era federado. Aí então pensei: "Bom de uma hora pra outra vai acontecer isso aí". Aí no outro fim de semana, ele largou o Inca*, a arbitragem dele. Aí ele me liga e diz para mim: "Primo, essa semana tudo é contigo. Assume o negócio aqui". Só que depois disso o Inca* dava escala para todo mundo e nada para mim e nem pro Moreno* e nem pro Armário*. Aí fui conversar e ele me perguntou quem é que estava colocando gente para apitar no Ararigbóia? Aí eu disse para ele "Seu Inca*, quando deu confusão e os caras apanharam o senhor disse que não queria mais o Ararigbóia, inclusive quem quiser pegar pode pegar. Aí eu peguei". Aí ele disse que não daria mais escala para mim. Eu repliquei que a partir daquele dia nasceria uma liga de árbitros independentes. No início éramos quatro - eu Moreno*, Armário* e mais um bandeira. Aí pensei como poderia consolidar jogos para nós. Fui a Feliz [cidade na serra gaúcha]. Lá o pessoal me conhecia. Eu falei com o presidente da liga de lá e nós assumimos a arbitragem lá. Aí o presidente da liga de feliz já ligou para o presidente da Liga de Nova Petrópolis, que era do Inca*. Ele aceitou que nós assumíssemos. Aí eu tinha o Ararigbóia, peguei Feliz e Nova Petrópolis. Aí começou a liga. Eu cheguei a ter 22 cidades. Morava na rodoviária, quase. Cheguei a trabalhar com 120 pessoas. Nessa época tinha eu, com a liga independente e o Inca*. Só que o Inca* ia para o interior e não tinha tanta gente para apitar. Aí ele pegava as pessoas de lá mesmo, os *alemão*, os gringos para fazer bandeira. Levava só o árbitro. Com o passar do tempo, os gringos começaram a se avivar e foram fazendo as ligas de árbitros deles. E assim foram. Hoje em dia é até difícil de trabalhar com eles. Só os organizados, aqueles que fazem licitação.

O relato de Primo acima apresentado permite pensar que, se em princípio as combinações entre as competições e a arbitragem eram mais informais, realizadas no ato a partir dos estilos acima elencados, as competições promovidas por prefeituras alteraram esse panorama. A obrigação administrativa de um poder público para com as suas compras impeliu a uma formatação mais empresarial, por assim dizer, da entidade de árbitros que representava. Isto tudo engendrou, no caso, a sua homologação enquanto pequeno empresário, bem como sua inserção em uma estrutura burocrática (obtenção de registros legais) que o viabilizasse a concorrer em chamadas públicas, que são por Primo consideradas o “melhor negócio” nesse ramo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre os árbitros que atuavam juntamente a sua inserção bem-sucedida nesses trâmites auxiliou Primo a escalonar a procura por parte dos árbitros por jogos para atuar e as necessidades dos eventos esportivos públicos. Logo adiante, as ligas privadas mais organizadas também adotaram esses princípios para contratação de serviços de arbitragem: empresas, chamadas públicas, processos seletivos, etc, que contrastam com as práticas de outrora. Creio que tais informações possam dar conta de um processo de mercadorização da arbitragem, que estipula fora das quatro linhas o seu “espaço particular” de atuação no circuito da várzea. Da forma como ocorreu, esse processo engendrou a especialização do serviço (a sua burocratização perante as demandas Estado) e sua autonomia da influência dos antigos donos de ligas. Infere-se, em princípio, que a associação desses componentes heterogêneos é a característica essencial que justifica a escolha desta abordagem.

Outro aspecto que chama atenção acerca do relato prestado por ele foi o fato dele ter mencionado que a medida que o tempo passava, as próprias comunidades passavam a constituir suas próprias ligas de arbitragem, o que talvez possa ser uma hipótese a justificar a grande presença de árbitros negros atuando nas competições amadoras em Porto Alegre. Se esse aspecto pode contribuir para compreender a presença específica de um grupo de pessoas, também pode ser entendido como um dos motivos pelos quais os acessos se restringem. As mudanças em processos de capacitação e especialização, bem como a rede de relações entre árbitros e mediadores com possibilidades de escalá-los em competições que tragam notoriedade

a um árbitro (ainda que em um circuito específico e circunscrito) podem ser chaves de leitura para interpretar as barreiras que se apresentam para o desenvolvimento nessa atividade. A própria acumulação de experiência em diferentes jogos está vinculada a uma possibilidade de deslocamento pessoal (ter carro ou dinheiro para deslocamento de ônibus para outras cidades) que não pode ser tomada como facilmente configurável. Por fim, cabe registrar que o mercado de arbitragem, seja na várzea ou noutras esferas, segue em constante rearticulação, fato que exige que novos olhares se lancem sobre este tema e seus processos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marcelo Medeiros de; SILVEIRA, Débora. 1º **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro**. Porto Alegre: N/i, 2015. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2014/Relatorio_dos_casos_de_Discriminacao_Racial_no_Brasil_2014.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2015. Porto Alegre: N/i, 2016. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2015/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2015.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2016. Porto Alegre: N/i, 2017. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2016/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2016.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2017. Porto Alegre: Museu da Ufrgs, 2018. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2017/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2017.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2018. Porto Alegre: Museu da Ufrgs, 2018. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2018/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ÇALIŞKAN, Koray; CALLON, Michel. **Economization, part 2**: a research programme for the study of markets. *Economy and Society*, Londres, v. 1, n. 39, p.1-32, abr. 2010

DAMO, Arlei Sander. **Para o que der e vier**: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores. 1998. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

DELANEY, Kevin J. **Economic and Sociological approaches to Sport**. In: GIULANOTTI, Richard. Routledge Handbook of the Sociology of Sport. Nova York: Rutledge, 2015. p. 133-141.

ZELIZER, Viviana. **Circuits within Capitalism**. In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (eds). The Economic Sociology of Capitalism. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 311-342.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.